



## **Linhas orientadoras para a elaboração do orçamento de 2019**



A Assembleia de Escola como órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da UO, com respeito pelos princípios consagrados no Decreto Legislativo Regional nº 12/2005/A, de 16 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional nº 35/2006/A, de 6 de setembro e Decreto Legislativo Regional nº 17/2010/A, de 13 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 13/2013/A, de 30 de agosto, conjugado com a competência prevista na alínea g) do artigo 3º do Regimento Interno da mesma, em reunião de 25 de outubro de 2018, definiu as seguintes linhas orientadoras para a elaboração do Orçamento e para a gestão do Fundo Escolar.

Assim, recomenda-se à direção da Unidade Orgânica e ao Conselho Administrativo uma gestão baseada em critérios de economia e eficácia, adotando as seguintes orientações:

### **Ao nível das receitas:**

- Desenvolver esforços no sentido de aumentar a sustentabilidade das receitas próprias pelo arrendamento de espaços e por candidaturas a projetos e programas de âmbito Regional, Nacional e da União Europeia, bem como a comparticipação por parte da autarquia local e outras entidades públicas e privadas.
- Prever a possibilidade de estabelecer protocolos e parcerias que contribuam para o prestígio e modernização da Unidade Orgânica.

### **Ao nível das despesas:**

- Melhorar as condições didático-pedagógicas, favorecendo as condições do ensino e da aprendizagem.
- Plano de atividades da Escola - reforço das ações que impliquem o envolvimento dos alunos e o plano de formação do pessoal docente e não docente.
- Melhorar os serviços da escola: Biblioteca, bufete, serviços administrativos entre outros.
- Promover a manutenção das instalações e dos equipamentos.

- Promover atividades conjuntas na Unidade Orgânica e com outras escolas, envolvendo, sempre, que possível a participação dos Pais e Encarregados de Educação e Associação de Estudantes.

- Otimizar a eficácia da rede de parcerias já existentes.

A elaboração do orçamento deverá contemplar ainda, dentro do possível, as seguintes medidas:

1. No âmbito da ação social escolar, estabelecer programas de auxílio económico para que os alunos carenciados possam usufruir, gratuitamente, do refeitório e/ou bufete.

2. Implementar medidas de poupança e de combate ao desperdício, promovendo a reutilização e reciclagem.

Os Conselhos Executivo e Administrativo deverão fazer uma gestão rigorosa da despesa, de forma a suprir as necessidades, tendo por base critérios de autonomia, eficácia e eficiência e assegurar o controlo financeiro e a boa gestão dos recursos públicos.

Assembleia de escola, 25 de outubro de 2018

A Presidente da AE

---

(Maria Adelaide Ferreira Silveira)